



**15 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Quinta-feira**

- PARANÁ TEM OITO CIDADES ENTRE AS 100 MAIORES ECONOMIAS DO PAÍS
- INDUSTRIAIS PARANAENSES ESTÃO CONFIANTES NA RETOMADA DO CRESCIMENTO EM 2017
- RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS ENTRA NO PACOTE DO GOVERNO
- MEIRELLES: GOVERNO ESTUDA MEDIDAS DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA DE EMPRESAS
- CEPAL PREVÊ CRESCIMENTO DE 1,3% PARA A AMÉRICA LATINA EM 2017
- REGULAMENTAÇÃO DE TRABALHO INTERMITENTE É ADIADA POR PEDIDO DE VISTA COLETIVO
- MICRO E PEQUENAS EMPRESAS RECEBEM AJUDA PARA EXPORTAR
- FI-FGTS VAI MUDAR MODELO DE INVESTIMENTO
- GM ENTREGA PRIMEIROS CARROS TOTALMENTE ELÉTRICOS DE PREÇO MÉDIO
- GOVERNO E OPOSIÇÃO FAZEM ACORDO PARA ACELERAR PEC DA PREVIDÊNCIA NA CCJ
- SENADO APROVA FIXAÇÃO DE ALÍQUOTA MÍNIMA DO ISS EM 2%
- EX-BC, VOLPON DEFENDE CORTE DE JUROS MAIS AGRESSIVO PELO COPOM
- PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA É 'SÉRIO RECUO', DIZ PRESIDENTE DA OAB
- FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS NOVOS CRESCEM 4,1% EM NOVEMBRO, DIZ CETIP
- IIF CORTA PREVISÃO PARA PIB DO BRASIL EM 2017
- SAÍDA DE DÓLARES SUPERA ENTRADA EM US\$ 4,209 BI NO ANO ATÉ DIA 9 DE DEZEMBRO
- APÓS CINCO ANOS, EXPORTAÇÕES DEVEM VOLTAR A CRESCER EM 2017, DIZ AEB
- CONHEÇA AS 10 CIDADES QUE MAIS GERARAM EMPREGO NO PARANÁ EM 2016
- TETO DE GASTOS "OBRIGA" GOVERNO A APROVAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- DÍVIDAS DE EMPRESAS E FAMÍLIAS ATRASAM RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA, DIZ MINISTRO
- 'PRÉVIA' DO PIB ENCOLHE 0,48% EM OUTUBRO E ACUMULA QUEDA DE 5,09% EM UM ANO

- DESEMPREGO NA AMÉRICA LATINA SALTA PARA 8,1% EM 2016, DIZ OIT
- MENDES DIZ QUE FUX DEVERIA FECHAR O CONGRESSO E DAR A CHAVE À LAVA JATO
- GOVERNO ADMITE REDUZIR A 62 ANOS IDADE PARA MULHER SE APOSENTAR
- ATIVIDADE ECONÔMICA DO BRASIL INICIA 4º TRI COM CONTRAÇÃO DE 0,48%, DIZ BC
- INTERESSE POR VEÍCULO USADO TAMBÉM É MAIOR NA INTERNET
- ZF CRIA NOVOS SISTEMAS DE AIRBAG PARA COLISÃO FRONTAL E LATERAL
- VOLKSWAGEN TIGUAN E TOYOTA PRIUS SÃO OS MELHORES PARA O EURO NCAP
- VOLVO AUTÔNOMO RODA NA FROTA DA UBER EM SÃO FRANCISCO
- DASSAULT SYSTÈMES E AIRBUS SAFRAN LAUNCHERS CONFIRMAM COLABORAÇÃO PARA DESIGN E DESENVOLVIMENTO DO ARIANE 6
- UM TERÇO DOS NEGÓCIOS FECHA EM 2 ANOS
- WEG ANUNCIA COMPRA DE FABRICANTE DE TURBINAS E TRANSMISSÕES TGM
- DISCIPLINA SERÁ CHAVE PARA MINÉRIO, DIZ PRESIDENTE DA CLIFFS
- AEB VÊ FORTE ALTA NA RECEITA DA EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO E PETRÓLEO DO PAÍS EM 2017

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 15/12/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,376	3,376
<b>Euro</b>	3,518	3,520

**Fonte: BACEN**

15/12/2016 – Gazeta do Povo

### **Curitiba apresenta o quinto maior PIB do país, segundo dados do IBGE**



Curitiba é o quinto maior PIB do país. Henry Milléo/Gazeta do Povo

O Paraná tem oito cidades entre as 100 maiores economias municipais do país. Segundo pesquisa publicada nesta quarta-feira (14) pelo IBGE, Curitiba é a quinta maior economia do país, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte. O PIB curitibano somou R\$ 78,8 bilhões em 2014 e representou 1,37% de toda a riqueza produzida no país naquele ano.

São Paulo continua a cidade que tem maior peso no PIB nacional. Ela gerou R\$ 628 bilhões em 2014, representando 10,87% do total nacional. Em seguida, vem o Rio de Janeiro, com um peso de 5,19% no PIB (e uma geração de riqueza de R\$ 299 bilhões).

No Paraná, o segundo maior PIB é o de São José dos Pinhais, com R\$ 23 bilhões e um peso de 0,4% na produção nacional. A cidade da região metropolitana de Curitiba está na 32ª colocação no ranking nacional.

Em seguida, vêm Londrina (PIB de R\$ 15,8 bilhões e 50ª colocada no ranking), Maringá (R\$ 14 bilhões e 59ª colocada), Ponta Grossa (R\$ 11,5 bilhões e 72ª colocada), Cascavel (R\$ 9,2 bilhões e 90ª colocada), Foz do Iguaçu (R\$ 8,7 bilhões e 97ª colocada) e Araucária (R\$ 8,5 bilhões e 98ª colocada).

O IBGE observa que houve um movimento de desconcentração econômica no Paraná nos últimos anos. Em 2010, as cidades com os dez valores mais elevados de PIB representavam 57,7% do total de riquezas geradas no estado.

Em 2014, essa participação caiu para 52,2%. O instituto destaca particularmente a queda de participação de Araucária, que tinha 4% do PIB estadual em 2010 e 2,5% em 2015 – a retração acompanhou a perda de peso da indústria de refino de petróleo por causa da queda nos preços dos produtos petrolíferos.

### **PIB per capita**

O Paraná tem apenas três municípios entre os 100 com maiores valores de PIB per capita – que representa a riqueza produzida na localidade dividida pela população. O líder nacional neste ranking é a cidade capixaba de Presidente Kennedy, com um valor de R\$ 815 mil. O município, que já aparecia na liderança nos números relativos a 2013, tem o PIB inflado pela produção de petróleo.

O maior PIB per capita paranaense está em Saudade do Iguaçu, cidade beneficiada pela Usina Hidrelétrica de Salto Santiago, onde o valor é de R\$ 105 mil.

A segunda colocação é da cidade de Indianópolis, com um valor de R\$ 83,8 mil, onde se destaca a indústria alimentícia (a cidade recebeu um grande frigorífico). Em seguida, vem São José dos Pinhais, com R\$ 79,2 mil, valor inflado pela produção das montadoras.

## **Industriais paranaenses estão confiantes na retomada do crescimento em 2017**

15/12/2016 – Gazeta do Povo

**Apesar da positividade, este é o segundo menor nível de otimismo captado pela pesquisa, acima apenas do registrado para o ano de 2016, de cerca de 32%**



Apesar do efeito prolongado da crise econômica, os industriais de empresas paranaenses estão otimistas para 2017. De acordo com a 21ª Sondagem Industrial, realizada anualmente pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), 55,11% dos industriais responderam que as expectativas para o ano que vem são favoráveis.

O índice é parecido entre os micro e pequenos empresários – 55,31% responderam positivamente sobre as projeções para o próximo ano. Apesar da positividade, este é o segundo menor nível de otimismo captado pela pesquisa, acima apenas do registrado para o ano de 2016, de cerca de 32%.

A aposta da maioria dos industriais paranaenses é a de que os investimentos no setor devem voltar a acontecer em 2017. Entre os otimistas, 34,46% afirmam que devem fazer novos investimentos e mais de 46% acreditam em um aumento nas vendas, números bem semelhantes também entre micro e pequenas indústrias.

De acordo com o levantamento, o foco deve se concentrar na melhoria de processos, desenvolvimento de produtos e modernização tecnológica. Ainda de acordo com a Fiep, quase 72% desses investimentos virão de recursos dos próprios empresários.

### **Tecnologia**

De acordo com a pesquisa, os investimentos devem focar principalmente em melhorias de processos e implantação de novas tecnologias. Mantendo a situação ocorrida em 2016, a expectativa é que a indústria aposte ainda mais na utilização de máquinas e equipamentos automáticos.

Para absorver essa modernização, cerca de 75% das empresas ouvidas dizem que pretendem treinar os próprios funcionários. Quando se trata de pesquisa Pesquisa e Desenvolvimento, a pesquisa da Fiep mostra que a maioria das empresas planeja desenvolver essa área internamente para não precisar recorrer a alternativas de terceiros.

Essa situação coloca as empresas do Paraná em pé de igualdade em um cenário nacional, mas ainda com uma certa defasagem no nível internacional, como apontaram 38,9% dos industriais.

Outro reflexo desse desenvolvimento tecnológico é o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos registradas pelos empresários. Apenas 8,06% não tiveram aumento na produtividade e mais de 63% tiveram significativa melhora na qualidade dos produtos.

## **Empregos**

O aumento da modernização no processo produtivo também foi apontado como responsável pela expectativa baixa quando se trata da geração de novos empregos. Na prática, apesar da possível melhora nos investimentos e das vendas, apenas 19,49% dos otimistas afirmam que devem gerar novos postos de trabalho. Na outra ponta, entre os pessimistas, mais de 25% acreditam que terão que reduzir empregos.

## **Recuperação de empresas entra no pacote do governo**

15/12/2016 – Tribuna PR

O governo deve incluir no minipacote de medidas econômicas que será divulgado hoje proposta de lei para facilitar a recuperação de empresas. Segundo apurou o jornal "O Estado de S. Paulo", a proposta é mudar a legislação para limitar a responsabilidade jurídica de empresas que comprarem companhias em dificuldades financeiras, como em recuperação judicial.

A medida pode reduzir a incerteza jurídica por risco de passivos de processos judiciais relacionados aos ativos adquiridos, como os trabalhistas. A proposta foi apresentada ontem pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em reunião com senadores do PSDB. Caberá ao presidente Michel Temer dar o aval final à proposta.

Outra medida em estudo pelo governo é a criação de um programa de regularização tributária como forma de estimular as empresas a liquidarem seus débitos fiscais, melhorando sua situação financeira. Meirelles não quis dar mais detalhes do programa, apenas disse que haverá o aproveitamento de "prejuízos das empresas na liquidação de uma parte dos débitos fiscais".

Ou seja, as empresas devem poder utilizar os prejuízos registrados para compensar dívidas tributárias com o governo federal. O ministro não disse nada, porém, sobre abatimento de juros e multas, nos moldes do Refis – programa de parcelamento e abatimento de dívidas de impostos de empresas. Apenas se limitou a apontar que o projeto conta com o apoio da Receita Federal. A área técnica do órgão é contra o Refis por considerar que o programa serve como reforço negativo para não pagar os tributos em dia.

## **Construção**

No cardápio do pacote também está a criação de uma Letra Imobiliária Garantida para estimular a construção civil. O governo deve também lançar uma nova faixa no Minha Casa Minha Vida, com aumento no valor do imóvel que pode ser financiado pelo programa (hoje, o teto é de R\$ 225 mil).

No encontro, segundo o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), Meirelles apresentou 17 medidas que serão adotadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central. "Não há hipótese alguma de ser utilizado o que foi praticado pelo governo Dilma. Ou seja, não há previsão de ser feita nenhuma desoneração. Essa é uma agenda velha", afirmou o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que também esteve no almoço e citou outra proposta do governo: a redução no prazo para comerciantes receberem compras pagas pelo cartão de crédito – hoje, esse prazo é de 30 dias, e os comerciantes querem receber em 18.

Além disso, deverão ser adotadas medidas para simplificação e desburocratização de processo de importação e exportação. Na saída do encontro, o ministro da Fazenda confirmou que o governo pretende permitir que os trabalhadores utilizem recursos do FGTS para pagamento de dívidas bancárias. O limite deve ser de R\$ 1 mil para cada trabalhador.

O governo também deve diminuir gradualmente a multa de 10% do FGTS que as empresas são obrigadas a pagar em casos de demissões sem justa causa. A ideia é

que o percentual caia 1 ponto percentual a cada ano. A redução desse pagamento terá efeito positivo sobre o caixa das empresas.

A equipe econômica ainda avalia distribuir os resultados positivos do FGTS com os cotistas (os trabalhadores), como forma de compensar o baixo retorno dado pelo fundo, de 3% ao ano mais TR, nível bem inferior à inflação.

“Resolvido isso (a aprovação da PEC do Teto, que será promulgada hoje), estamos entrando no processo das reformas microeconômicas para facilitar a vida das empresas e dos cidadãos”, afirmou Meirelles em debate promovido pelo jornal Correio Braziliense.

Segundo o ministro, as projeções da Fazenda apontam para que no último trimestre de 2017 o PIB cresça 2,8% em relação ao último trimestre deste ano. Já a projeção da equipe econômica para o crescimento da economia em 2017 é de apenas 1%. “Esperamos que o crescimento aumente gradualmente nos próximos anos. Acreditamos que a taxa de expansão do PIB possa chegar a 4% ao ano no período à frente”, disse.

### **Meirelles: governo estuda medidas de regularização tributária de empresas**

15/12/2016 – Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta quarta-feira, 24, após evento em Brasília, que o governo ainda estuda as medidas para promover a regularização tributária das empresas em dificuldades. Segundo ele, os detalhes serão anunciados nesta quinta-feira, 15, juntamente com outras medidas microeconômicas.

“Estamos estudando um processo de regularização tributária. Inclusive, é um processo que está sendo pensado pela Receita Federal. A Receita não só apoia como é a autora”, afirmou Meirelles, após ser questionado sobre um possível novo Refis para ajudar as empresas.

“Não definimos os detalhes, eles serão anunciados amanhã. Mas provavelmente será (anunciado) o aproveitamento dos prejuízos das empresas para liquidação de uma parte do déficit”, disse Meirelles.

Durante seminário promovido pelo jornal Correio Braziliense, sobre perspectivas para 2017, Meirelles afirmou ainda que mais de dez medidas devem ser anunciadas amanhã, com foco no crescimento econômico.

### **Cepal prevê crescimento de 1,3% para a América Latina em 2017**

15/12/2016 – Tribuna PR

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) projeta para 2017 uma “mudança de ciclo” para as economias da região, com um crescimento de 1,3% ante uma retração de 1,1% em 2016. Para a América do Sul, é esperado um crescimento de 0,9%, depois de um encolhimento de 2,4% este ano.

Nas estimativas da Cepal, a economia brasileira crescerá 0,4% no ano que vem, ante uma retração de 3,6% este ano. Também a Argentina passará do campo negativo para o positivo, de -2% para 2,3%.

O organismo estima uma expansão de 2,7% para a economia mundial em 2017, ante 2,2% este ano, puxada novamente pelas economias emergentes. A Índia deverá avançar 7,7% e a China, 6,5%.

Por causa do ambiente mais benéfico na economia mundial, a expectativa é que o comércio mundial se recupere e apresente uma expansão entre 1,8% e 3,1%, depois de uma expansão modesta de 1,7% em 2016 – inferior à taxa de crescimento dos PIBs dos países, um fenômeno que não se via há 15 anos, com exceção de 2009. A expectativa é que haja recuperação de preços de produtos básicos e de petróleo, o que beneficia economias da região.

### **Riscos**

A ligeira recuperação da economia prevista para 2017 poderá ser afetada por alguns fatores. O relatório da Cepal diz que a expansão esperada no comércio internacional pode ser afetada por políticas protecionistas. Um exemplo dessa tendência é o resultado do referendo que determinou a saída do Reino Unido da União Europeia. As economias da região poderão ser afetadas também pelas novas políticas comerciais norte-americanas.

A normalização das taxas de juro, com movimentos de alta nos Estados Unidos, pode levar a “aumentos de incerteza e volatilidade financeira, dada a dinâmica de preços dos ativos financeiros”, diz o relatório. Esse fenômeno pode afetar o fluxo de capitais para países emergentes e também prejudicar aquelas economias em que houve expansão do crédito.

Para melhorar o perfil das contas públicas, a Cepal recomenda medidas para reduzir a evasão e elisão tributárias, “que alcançam magnitude muito significativa na região”. O organismo estima que esses mecanismos provoquem perda de 2,4 pontos percentuais do PIB no caso dos impostos sobre o valor agregado e 4,3 pontos no caso dos impostos sobre a renda, o que representou US\$ 340 bilhões na região no ano de 2015.

## **Regulamentação de trabalho intermitente é adiada por pedido de vista coletivo**

15/12/2016 – Tribuna PR

A votação do projeto de lei de autoria do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) que regulamenta o trabalho intermitente foi adiada por um pedido de vista coletivo, na reunião desta quarta-feira, 14, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta, que contempla um dos itens da reforma trabalhista pretendida pelo governo de Michel Temer, seria votada em caráter terminativo na comissão, seguindo diretamente para apreciação na Câmara dos Deputados.

O texto modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir que pessoas possam ser contratadas por períodos inferiores a 44 horas semanais.

O relatório do senador Armando Monteiro (PTB-PE) para a matéria cita estimativa da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), segundo a qual a regulamentação do trabalho intermitente poderá gerar 2 milhões de empregos no curto prazo.

## **Micro e pequenas empresas recebem ajuda para exportar**

15/12/2016 – Tribuna PR

***As optantes pelo Simples Nacional vão contar com a ajuda de operadoras logísticas para desburocratizar alguns processos***

A Receita Federal apresentou, no início do mês, uma nova medida que vai facilitar a vida das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional. A regra ajuda na desburocratização de alguns processos que, anteriormente, ficavam na mão dos empresários ou da única empresa que prestava essa assistência - os Correios, por meio do programa Exporta Fácil. Agora, o exemplo dos Correios foi melhorado e passa

a valer como regra para todas as operadoras logísticas habilitadas pela [Instrução Normativa](#).

A variedade de escolhas permite que os produtos brasileiros consigam vantagem competitiva no mercado externo, como explica o coordenador de acesso a mercados do Sebrae no Paraná, Marcos Uda.

“Numa negociação de taxas do serviço logístico, o empresário pode avaliar qual é melhor para a característica do negócio dele, segundo o tipo de produto, volume, mercado e frequência de envio”.

Ele também alerta sobre os ajustes que devem ser feitos para que as exportações funcionem corretamente. “Atualmente existe o perigo de dupla tributação quando o produto não chega com sucesso ao destinatário e acaba voltando para o Brasil”. Com a nova medida, o número de vendas para o exterior pode aumentar e detalhes como esses devem ser corrigidos para não gerar mais dificuldades do que a antiga burocracia.

Esse tipo de negócio ainda não é expressivo no Brasil. Hoje, menos de 0,8% das exportações do país são feitas por micro e pequenas empresas, mas esse número tende a aumentar. Além da nova regra, outros fatores contribuem para isso, como a elevação do PIB dos países da América Latina.

“Se a gente não sabe se vai melhorar ou não aqui dentro, vale a pena exportar. Lá fora tem quem queira comprar, mas não tem um produto chegando até ele”, afirma Uda. Para o especialista, existem outras vantagens, como tornar o produto mais competitivo, a partir do comparativo feito pelos consumidores estrangeiros. Assim, se um concorrente de outro país lançar o seu produto no Brasil, o empresário já sabe que sua mercadoria está melhor. Além disso, os preços podem variar e trazer mais lucro do que o esperado. “Se você oferece algo exclusivo da sua região ou país, a demanda será maior e os investimentos para produzir em maior escala também, o que justifica o aumento do preço”, analisa.

Com essas medidas, o governo pretende que a participação das micro e pequenas empresas no mercado de exportações aumente para 5% em cinco anos. Alisson Sato quer ajudar o Brasil nesse número.

O fundador da Qualinova, empresa de bebidas funcionais, começou suas atividades como empresário em 2009 e desde 2012 está se preparando para expandir as vendas para outros países. Ele começou fazendo contatos com potenciais clientes em feiras internacionais e se manteve sempre ativo nesse mercado: deu atenção a cada empresa que perguntou sobre o produto, enviou amostras e foi ágil ao providenciar a documentação.

“Isso agilizava o registro dos produtos e a adequação às normas brasileiras”. A Qualinova já está pronta para enviar suas bebidas para o Paraguai, primeiro contrato de exportação fechado pela empresa. Agora, as próximas negociações visam o mercado nos Estados Unidos. Sato estima que, inicialmente, as vendas aumentem o faturamento entre 5% a 10% e ajudem a mostrar o Brasil como um fornecedor de produtos com valor agregado maior que o das *commodities*.

### **Eficácia**

As micro e pequenas têm mais facilidade em fidelizar clientes, porque o tempo de resposta entre empresa e consumidor é mais ágil, seja para o rastreamento de produtos ou sobre devoluções e trocas. A recomendação do Sebrae Paraná é que os produtos sejam “resistentes” à exportação, como itens não perecíveis e em pequenos volumes.



## ***Para se tornar um exportador***

Especialista do Sebrae apresenta os itens que devem ser seguidos antes de colocar uma empresa no mercado internacional:

### **Marca**

- Os produtos mais exportados por pequenas e microempresas são aqueles não perecíveis e que de pequeno volume. É possível comercializar produtos orgânicos, como alimentos e plantas, mas preste atenção às regras da vigilância sanitária sobre exportação e importação.

- É preciso alinhar sua marca com o mercado internacional. Preste atenção na tradução para a outra língua. Já aconteceu de uma marca significar algo ofensivo no outro país e isso arruinou o negócio. É importante checar também se o nome está registrado corretamente.

### **Logística externa**

- Para apresentar seu produto no exterior, o mais indicado é a contratação de traders, profissionais que representam seu negócio no outro país. A vantagem é que assim não é preciso deslocar uma equipe própria para essa função.

- Outro meio, mais recorrente hoje em dia, é o comércio eletrônico. Quem optar por um portal de vendas deve verificar se ele oferece orientação sobre certificação de barreira sanitária, fiscal e logística.

- Planejar a logística externa é escolher qual empresa vai fazer as entregas, negociar taxas, volume mínimo e via de exportação (marítimo, aéreo e terrestre). A dica é que a empresa arque com os custos do produto até a saída do Brasil e depois disso repasse os gastos para o preço final, que será pago pelo consumidor.

### **Logística interna**

- Identificar qual a fatia da produção será destinada ao comércio exterior, que tipo de embalagem será usada e que outros meios garantem que o produto chegará em perfeito estado até o consumidor. Fazer um seguro para exportação é interessante para evitar complicações em caso de atrasos, taxas extras ou extravios.

### **Fluxo do dinheiro**

- Como o cliente vai pagar? E como esse dinheiro vai chegar aqui? Tanto os representantes quanto os portais prestam essa orientação, mas é sempre bom questionar se você vai receber 100% do pagamento ou se terá alguma taxa maior por conta do produto ofertado.

- Verifique se o valor negociado está adequado para ser comercializado externamente. Inclua o planejamento logístico para ter dimensão de todo fluxo e custos envolvidos.

### **Prazos**

- A exportação via ferramentas tradicionais é um processo de longo prazo, demora em torno de dois anos.

## **FI-FGTS vai mudar modelo de investimento**

15/12/2016 – Tribuna PR

Depois de registrar prejuízo histórico em 2015, o fundo de investimento que usa parte dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para aplicar em infraestrutura, o FI-FGTS, adotará um novo modelo para seleção prévia dos projetos. Hoje, o FI-FGTS tem R\$ 7 bilhões em caixa para investir em saneamento, aeroportos, hidrovias, ferrovias, portos, rodovias e energia.

Formado por representantes do governo, dos trabalhadores e dos patrões, o comitê de investimento aprovou a mudança sugerida pela própria Caixa, administradora do fundo. No modelo anterior, o banco estatal selecionava as propostas, fazia uma análise prévia e a apresentava ao comitê. Com o primeiro aval do órgão, a Caixa estruturava a operação para ser submetida de novo ao órgão.

O edital de chamada pública abordando as regras, normas, prazos, documentos, critérios e todas as etapas do processo de seleção deverá ser lançado na última semana de janeiro de 2017. Os interessados terão um prazo de aproximadamente 45 dias para submeterem suas propostas para avaliação.

Entre os critérios estão a participação do fundo no volume total de investimento do projeto, a geração de empregos, a região de investimento, o comprometimento do acionista com capital próprio e o nível de governança corporativa da empresa.

Outro ponto que pesará será a modalidade de debênture usada na operação.

Debêntures são títulos de crédito lançados ao mercado para captar recursos. Na prática, funciona como um empréstimo. A expectativa é selecionar projetos de todos os setores em que o FI-FGTS pode investir respeitando o limite de recursos disponíveis.

Em 2015, o FI-FGTS fechou com a menor rentabilidade da história, negativa de 3%, com perda de R\$ 900 milhões no patrimônio. A principal razão para resultado tão ruim do FI-FGTS no ano foi o provisionamento de R\$ 1,8 bilhão para cobrir os prejuízos do colapso da Sete Brasil, criada para construir e administrar os navios sondas do pré-sal.

O foco deste primeiro processo estará em ativos de dívida, como debêntures, na modalidade "project finance", financiamento de projetos, e não mais de empresas.

No sistema de "project finance", a garantia é o fluxo de caixa da companhia, ou seja, os recebíveis do projeto. A grande vantagem nos empréstimos do sistema dessa modalidade é que, no caso de a empresa quebrar ou o projeto não ser bem-sucedido, o financiador, no caso o fundo de investimento do FGTS, terá o direito imediato de se apoderar da receita da empresa, que significa também o dinheiro das vendas. O grande risco nesse tipo é a fase pré-operacional, que nas operações do FI-FGTS terão fiança bancária.

## **GM entrega primeiros carros totalmente elétricos de preço médio**

15/12/2016 – Gazeta do Povo

***O Bolt tem uma autonomia de 383 km com uma carga de energia completa e custa 37.495 dólares***



A General Motors iniciou nesta terça-feira (12) a entrega de seu primeiro modelo de carro elétrico destinado ao mercado de renda média, colocando-se à frente da Tesla Motors e de outros concorrentes.

A GM entregou o modelo Chevrolet Bolt EV a três clientes na Califórnia, incluindo um em Fremont, onde a Tesla tem uma grande fábrica.

O Bolt tem uma autonomia de 383 km com uma carga de energia completa e custa 37.495 dólares, e seus proprietários terão um crédito fiscal por uso de energia limpa de 7.500 dólares, destacou a GM.

A GM planeja acelerar no próximo ano as entregas do Bolt como parte de sua campanha para se reposicionar como a montadora do século XXI.

A Tesla também trabalha em um modelo totalmente elétrico para o mercado médio, que deve ser lançado até o final de 2017.

O Modelo S da Tesla, orientado para clientes de maior poder aquisitivo, já é vendido por 68 mil dólares.

Outras montadoras também trabalham com carros totalmente elétricos, incluindo a Ford, cujo sedan se chama "Model E", e a Fisker, liderada por Henrik Fisker, que já desenhou carros para BMW e Aston Martin.

## **Governo e oposição fazem acordo para acelerar PEC da Previdência na CCJ**

15/12/2016 – Tribuna PR

Governo e oposição fizeram nesta quarta-feira, 14, acordo que vai acelerar a votação da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Pelo acordado, opositores aceitaram retirar o kit obstrução na sessão de hoje do colegiado, quando está marcada a leitura e votação do parecer pela admissibilidade da PEC. Em troca, o governo se comprometeu a só instalar a comissão especial para discutir o mérito da proposta em fevereiro de 2017.

Com o acordo, a oposição retirou uma série de requerimentos que visavam apenas adiar a leitura e votação do parecer da PEC na CCJ. Embora tenham decidido não obstruir a sessão, deputados contrários à matéria ressaltaram que continuarão votando contra a admissibilidade da matéria.

O governo, por sua vez, se comprometeu a só instalar a comissão especial após a eleição para presidência da Câmara, prevista para 1º de fevereiro. Dessa forma, a discussão do mérito da PEC e o prazo para apresentação de emendas ficará para o próximo ano.

Com o acordo com a oposição, o governo também conseguiu neutralizar o chamado Centrão – bloco informal de 13 partidos da base aliada liderado por PP, PSD, PTB e SD. O grupo ameaçava ontem obstruir a votação da admissibilidade da proposta na CCJ.

A ameaça de obstrução do Centrão tinha dois objetivos: frear movimento do Palácio do Planalto de dar mais espaço ao PSDB no governo e enfraquecer articulação do atual presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em busca de sua reeleição.

O Centrão acredita que, com a aprovação da admissibilidade da PEC e a instalação da comissão especial neste ano, Maia se cacifaria junto ao presidente Michel Temer, que deseja ver a reforma da Previdência avançar o mais rápido possível no Congresso Nacional.

Com o adiamento da instalação da comissão especial para depois da eleição da presidência da Câmara, o Centrão também tirou de Maia o poder de indicar o presidente e o relator do colegiado. O presidente da Casa tinha indicado os deputados Arthur Maia (PPS-BA) e Sérgio Zweiter (PMDB-RJ) para relatoria e presidência da comissão.

Caso não consiga viabilizar sua reeleição ao comando da Câmara em 2017, Maia poderá não conseguir manter essas indicações. Isso porque caberá ao futuro presidente da Casa, que poderá ser ou não Maia, indicar os parlamentares para o comando da comissão especial.

### **Senado aprova fixação de alíquota mínima do ISS em 2%**

15/12/2016 – Tribuna PR

O plenário do Senado aprovou o projeto que fixa em 2% a alíquota mínima do Imposto sobre Serviços (ISS). Como a proposta já havia passado pela Câmara, agora segue para sanção presidencial.

O imposto beneficia os municípios e tem por objetivo pôr fim à guerra fiscal entre eles, fixando uma alíquota mínima para todos.

A regra geral para a cobrança do imposto é no local do estabelecimento que presta o serviço. A partir de agora, as operações podem ser tributadas pelo município em que são feitas ou conforme o domicílio do tomador da operação, e não no município sede da administradora do cartão ou da empresa financeira.

### **Ex-BC, Volpon defende corte de juros mais agressivo pelo Copom**

15/12/2016 – Tribuna PR

O ex-diretor de assuntos internacionais do Banco Central, Tony Volpon, avaliou nesta quarta-feira, 14, que a autoridade monetária deveria ser mais agressiva no corte de juros abandonando o objetivo de colocar a inflação no centro da meta em 2017, uma vez que a política fiscal ainda é expansionista. Segundo ele, como o teto de gastos só terá efeito em 2018 e 2019, a política monetária precisa ser menos apertada.

“Acho que o Comitê de Política Monetária (Copom) deveria cortar até 0,75 pontos da Selic imediatamente”, afirmou, durante debate promovido pelo jornal Correio Braziliense. Para o ex-diretor do BC, o governo Michel Temer mantém uma política fiscal “relativamente frouxa”, com efeitos apenas em 2018 e 2019, com uma política monetária “apertada” com mira já em 2017.

“Sem espaço fiscal para ajudar empresas e pessoas, a única alternativa é ajudar com a redução bastante agressiva de juros. O mix atual não ajuda a reestruturação patrimonial que o País precisa e, se isso não for revisto, o ritmo de recuperação da economia será bastante lento”, alertou. “Isso pode reduzir a popularidade do governo, e um governo mais fraco em função da economia não terá capacidade de aprovar medidas para tornar o teto de gastos factível”, completou.

Volpon lembrou que o próprio BC tem dado sinais de que pretende acelerar o corte de juros em janeiro. “Espero que o governo tome um balanço de riscos mais abrangente, não apenas inflacionário. Mas, para não abrir mão do controle inflacionário, seria preciso política fiscal mais apertada agora”, repetiu.

Na avaliação do ex-diretor, a recuperação da atual crise será mais lenta porque se trata da primeira recessão brasileira após o crescimento do mercado de crédito no País.

“O endividamento das empresas, das pessoas e dos Estados foi muito incentivado pela chamada nova matriz econômica. Então entramos nessa recessão muito endividados, o que torna a recuperação mais lenta”, concluiu.

## Proposta de reforma da Previdência é 'sério recuo', diz presidente da OAB

15/12/2016 – Tribuna PR

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, afirmou nesta quarta-feira, 14, que a proposta do governo Michel Temer (PMDB) para a reforma da Previdência aponta para "sério retrocesso".

O ponto central do projeto é a fixação da idade mínima para aposentadoria em 65 anos.

"A proposta de reforma da Previdência, apresentada pelo governo em momento de extrema instabilidade política, aponta para sério retrocesso nas conquistas dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal e, por isso, preocupa a Ordem dos Advogados do Brasil", afirmou Lamachia.

"Não se nega a necessidade de mudanças no sistema previdenciário. Mas a sociedade precisa ser esclarecida sobre as escolhas possíveis e as consequências de cada uma. A solidariedade que motivou o Estado a construir uma estrutura de direitos sociais previdenciários não pode ser açodadamente extirpada sem um profundo debate com a sociedade", disse o presidente da Ordem.

A reforma, se aprovada, vai estabelecer também que o trabalhador precisará contribuir 49 anos para assegurar o recebimento de 100% do benefício, segundo o secretário de Previdência, Marcelo Caetano. O tempo mínimo de contribuição é 25 anos mas, com o cumprimento desse período, o trabalhador tem direito a apenas 76% da aposentadoria.

A proposta tem uma "regra de transição" para homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45. Segundo a reforma, vai se aplicar um pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição que falta seguindo a regra atual. Um homem com 50 anos na data da promulgação da PEC e 34 anos de contribuição teria que trabalhar apenas por mais um ano; com a regra de transição, será preciso contribuir por mais um ano e meio.

Segundo Lamachia, a proposta preocupa, "do ponto de vista jurídico", por representar "sério recuo nas conquistas de direitos sociais garantidos na Constituição, que veda o retrocesso".

"Não se pode criar regras excessivamente duras, reduzindo substancialmente a chance de o trabalhador usufruir do benefício pelo qual ele mesmo paga. É isso que acontece quando se impõe às cidadãs e aos cidadãos que comecem a trabalhar aos 16 anos de idade para terem aposentadoria integral somente após 49 anos de contribuição, quando completarem 65 anos de idade", afirmou.

Para o presidente da OAB, "a reforma da Previdência necessária é aquela que resulte em benefícios dignos para os contribuintes, assegurando verba alimentar e bem estar social nos momentos mais duros da vida".

"O futuro da Previdência é de interesse geral. As instituições da República precisam cumprir o papel que a lei lhes atribui na fiscalização do correto cumprimento da Constituição. E as entidades civis precisam se envolver neste debate, de forma pacífica e democrática, para que, ao fim do processo, o País tenha um sistema mais justo e eficiente, não uma lei retrógrada", declarou.

## **Financiamentos de veículos novos crescem 4,1% em novembro, diz Cetip**

15/12/2016 – Tribuna PR

O número de veículos novos financiados no Brasil cresceu pelo segundo mês consecutivo em novembro. Os financiamentos somaram 138.731 unidades no penúltimo mês do ano, aumento de 4,1% em relação ao volume de outubro, informou a Cetip, que compila os dados das instituições financeiras que oferecem crédito para aquisição de carros, caminhões e ônibus.

Na comparação com novembro do ano passado, no entanto, as vendas financiadas ainda apresentam baixa, de 17,6%. Com os resultados, o mercado acumula, de janeiro a novembro, o financiamento de 1,582 milhão de unidades, recuo de 26% em comparação com o nível alcançado em igual intervalo de 2015.

Entre os veículos leves, que consideram automóveis e comerciais leves, o número de unidades financiadas teve crescimento ainda mais expressivo na comparação entre novembro e outubro, de 7,9%, para 89.505 unidades. E na comparação com novembro do ano passado, o recuo é menos intenso, de 15,7%. No acumulado do ano, os veículos leves somam 960,9 mil financiamentos, queda de 27% ante igual período de 2015.

Apesar da melhora, a participação dos financiamentos no mercado total (que inclui as vendas à vista) voltou a cair, movimento explicado pelo fato de que o mercado total teve crescimento maior que os financiamentos na comparação entre novembro e outubro, de 12%, segundo a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). A proporção, com isso, saiu de 53,6% em outubro para 51,5% em novembro. Em setembro, havia sido de 51,2%.

## **IIF corta previsão para PIB do Brasil em 2017**

15/12/2016 – Tribuna PR

O otimismo sobre a capacidade do governo brasileiro, encabeçado pelo presidente Michel Temer, de lançar políticas para estimular a economia se reduziu e a frágil situação política no Brasil pode afetar a recuperação da atividade em 2017, afirma o Instituto Internacional de Finanças (IIF), formado pelos 500 maiores bancos do mundo, com sede em Washington.

O IIF cortou a projeção para o crescimento do Brasil em 2017, de expansão esperada em setembro de 1,5% para 1%. Mesmo com o corte, a previsão está acima da média do mercado financeiro brasileiro, que vê o Produto Interno Bruto (PIB) avançando 0,7% no ano que vem, de acordo com o Relatório de Mercado Focus, do Banco Central, da última segunda-feira, 12.

O cenário para o Brasil vai depender do cenário político interno e das políticas dos Estados Unidos adotadas por Donald Trump, ressalta o relatório do IIF. "Reduzimos nossas projeções de crescimento para o Brasil e a Argentina, pois estamos menos otimistas que seus governos serão capazes de impulsionar as políticas necessárias para apoiar as recuperações após as contrações do PIB este ano", afirma o IIF.

O IIF espera que o real continue se desvalorizando em 2017, com o dólar chegando a valer R\$ 3,60 em dezembro. Já a Selic pode ter queda mais rápida, recuando para 12% no primeiro trimestre de 2017 e caindo para 10% na parte final do ano que vem. A inflação em 2017 pode cair abaixo de 5% e se aproximar do centro da meta do Banco Central, ficando em 4,7%, ressalta o relatório.

## **Saída de dólares supera entrada em US\$ 4,209 bi no ano até dia 9 de dezembro**

15/12/2016 – Tribuna PR

O fluxo cambial do ano até o dia 9 de dezembro ficou no vermelho em US\$ 4,209 bilhões, conforme divulgação realizada nesta quarta-feira, 14, pelo Banco Central. Em igual período do ano passado, o resultado era positivo em US\$ 9,798 bilhões.

A retirada de dólares pelo canal financeiro neste ano até 9 de dezembro foi de US\$ 44,714 bilhões. Este resultado é fruto de entradas no valor de US\$ 415,355 bilhões e de envios no total de US\$ 460,069 bilhões. O segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo anual acumulado até 9 de dezembro ficou positivo em US\$ 40,506 bilhões, com importações de US\$ 117,850 bilhões e exportações de US\$ 158,356 bilhões. Nas exportações estão incluídos US\$ 28,416 bilhões em Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), US\$ 45,179 bilhões em Pagamento Antecipado (PA) e US\$ 84,761 bilhões em outras entradas.

### **Dezembro**

Depois de registrar entradas líquidas de US\$ 3,811 bilhões em novembro, o fluxo cambial do País está negativo em US\$ 1,044 bilhões em dezembro até o dia 9, informou o Banco Central.

O canal financeiro apresentou saídas líquidas de US\$ 2,158 bilhões no período. Isso é resultado de entradas no valor de US\$ 10,523 bilhões e de retiradas no total de US\$ 12,682 bilhões. Este segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo do mês até o dia 9 é positivo em US\$ 1,114 bilhão, com importações de US\$ 3,327 bilhões e exportações de US\$ 4,441 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 751 milhões em ACC, US\$ 1,941 bilhão em PA e US\$ 1,750 bilhão em outras entradas.

### **Semanal**

Segundo o Banco Central, o fluxo cambial da segunda semana de dezembro (de 5 a 9) ficou negativo em US\$ 2,517 bilhões.

A saída líquida de dólares pelo canal financeiro no período foi de US\$ 2,391 bilhões, resultado de entradas no valor de US\$ 6,884 bilhões e de envios no total de US\$ 9,275 bilhões. Este segmento reúne os investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo na semana passada ficou negativo em US\$ 126 milhões, com importações de US\$ 2,606 bilhões e exportações de US\$ 2,479 bilhões. Nas exportações, estão incluídos US\$ 423 milhões em ACC, US\$ 1,072 bilhão em PA e US\$ 984 milhões em outras entradas.

## **Após cinco anos, exportações devem voltar a crescer em 2017, diz AEB**

15/12/2016 – Tribuna PR

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), entidade que abriga empresas exportadoras e importadoras, divulgou projeções ao desempenho da balança comercial brasileira que indicam o primeiro aumento da corrente de comércio do País em quatro anos, com a volta do crescimento das exportações – em queda há cinco anos consecutivos – e retomada das importações em 2017.

Os embarques, nas contas da associação, devem crescer 7,2%, chegando a US\$ 197,4 bilhões, no embalo da valorização das commodities – sobretudo minério de ferro e petróleo -, aumento nos embarques de soja (produto mais exportado) e um dólar na faixa de R\$ 3,20 e R\$ 3,50, o que, segundo a AEB, terá efeito limitado ou nulo sobre a competitividade dos produtos manufaturados.

A expectativa é que o crescimento seja puxado pelos produtos primários, cujas exportações devem avançar 15,8%, enquanto as vendas de manufaturados ao exterior tendem a cair 1,1% sem as exportações de plataformas de petróleo que inflaram o resultado deste ano.

Para as importações, a AEB prevê aumento de 5,2%, tendo como premissa um crescimento ao redor de 0,5% da atividade econômica, em paralelo a uma pequena redução média, em relação a 2016, dos custos cambiais e tributários nessa operação.

Num reflexo da recessão econômica, as compras de produtos estrangeiros no Brasil já caíram 43%, em valor, nos últimos três anos seguidos, regredindo a patamares de 2009, quando a economia brasileira sentia o choque da crise financeira internacional.

Os cenários, contudo, podem mudar devido a incertezas das quais a entidade reconhece desconhecer o impacto na economia global e brasileira – entre elas, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos.

Com o avanço das exportações superior ao das importações, a AEB projeta crescimento de 13,1%, para US\$ 51,6 bilhões, no superávit comercial do ano que vem, renovando o recorde da série histórica previsto para 2016.

A aposta vai, porém, na direção contrária das expectativas da maior parte do mercado financeiro, que prevê redução de US\$ 2 bilhões, a um total de US\$ 45 bilhões, do saldo positivo das transações comerciais do Brasil com o exterior, segundo os números compilados pelo Banco Central no Boletim Focus.

Diante da perspectiva da associação empresarial de aumento nos dois fluxos, a corrente comercial (soma das exportações e importações), que cai há três anos, deve voltar a crescer no ano que vem, alcançando US\$ 343,1 bilhões, 6,3% a mais do que o montante estimado para 2016 (US\$ 322,7 bilhões).

## **Conheça as 10 cidades que mais geraram emprego no Paraná em 2016**

15/12/2016 – Tribuna PR



O município paranaense que mais criou vagas de trabalho de janeiro a novembro deste ano é Capanema, na região Sudoeste, com saldo positivo de 2.678 empregos, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). A cidade, com pouco mais de 19 mil habitantes, gerou mais de quatro vezes o número de vagas da segunda colocada, Toledo, que tem saldo positivo de 605 vagas.

Dos 399 municípios do estado, em 244 o número de admissões superou o de demissões no período. Em seis cidades o saldo foi neutro, ou seja, o número de admissões e demissões é igual.



Na lista das 10 que mais criaram postos de trabalho, apenas duas cidades têm mais de 100 mil habitantes: Toledo (2º) e Foz do Iguaçu (4º). Veja quais os outros municípios compõem a lista:

### **Top 10**

- 10- Alto Paraná: 394 vagas
- 9- Florestópolis: 402 vagas
- 8- Marialva: 457 vagas
- 7- Jaguapitã: 459 vagas
- 6- Mandaguari: 504 vagas
- 5- Santa Helena: 520 vagas
- 4- Foz do Iguaçu: 530 vagas
- 3- Medianeira: 588 vagas
- 2- Toledo: 605 vagas
- 1- Capanema: 2.678 vagas

## **Teto de gastos "obriga" governo a aprovar reforma da Previdência**

15/12/2016 – Gazeta do Povo

***Se as despesas previdenciárias crescerem no mesmo ritmo da última década, em cinco anos vão consumir mais da metade do Orçamento***



A aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) do teto de gastos – que deve ser promulgada nesta quinta-feira (15) pelo presidente do Senado, Renan Calheiros – “obriga” o Congresso a aprovar também uma reforma da Previdência que limite substancialmente as despesas com aposentadorias e pensões.

Se não houver reforma, os gastos da Previdência Social continuarão crescendo muito acima da inflação, “roubando” verbas das demais áreas – que, por força da PEC do teto, estarão congeladas em termos reais, apenas acompanhando a evolução dos preços.

Hoje os benefícios previdenciários consomem quase 40% do orçamento primário da União. Se continuarem crescendo no ritmo da última década, de quase 6% ao ano acima da inflação, em apenas cinco anos eles já responderão por 52% do orçamento. Em uma década, chegarão a 70%, segundo projeções da 4E Consultoria. Um pouco mais otimista, a equipe econômica do Itaú calcula que, sem reforma, a fatia da Previdência no orçamento da União chegará a 65% em 2025.

Isso significa que, de cada R\$ 100 gastos pelo governo federal, algo entre R\$ 65 e R\$ 70 seriam destinados a pagar aposentados e pensionistas, sobrando de R\$ 30 a R\$ 35 para todo o resto, do pagamento de funcionários aos desembolsos com saúde, educação e investimentos públicos. Pode-se dizer que o Estado se tornaria inviável.

Mesmo que todas as aposentadorias e pensões fossem reajustadas apenas pela inflação, sem crescimento real, a despesa total da Previdência Social subiria em ritmo mais forte. É que, com o envelhecimento da população, o número de beneficiários do sistema cresce naturalmente cerca de 3% ao ano.

Estimativas do banco Santander indicam que o governo tem uma pequena folga, de dois anos, período em que algumas despesas poderão crescer acima da inflação sem causar grandes problemas.

Mas se em 2019 a reforma da Previdência não estiver produzindo os primeiros efeitos, de preferência com a desvinculação de benefícios assistenciais do salário mínimo, das duas uma: ou as aposentadorias e pensões tomarão o espaço de outras áreas ou o teto será fatalmente rompido.

### **Dificuldade política**

O presidente Michel Temer tem um belo teste pela frente. Uma coisa é aprovar a PEC do teto de gastos, que mexe com direitos difusos, como o acesso à saúde e à educação.

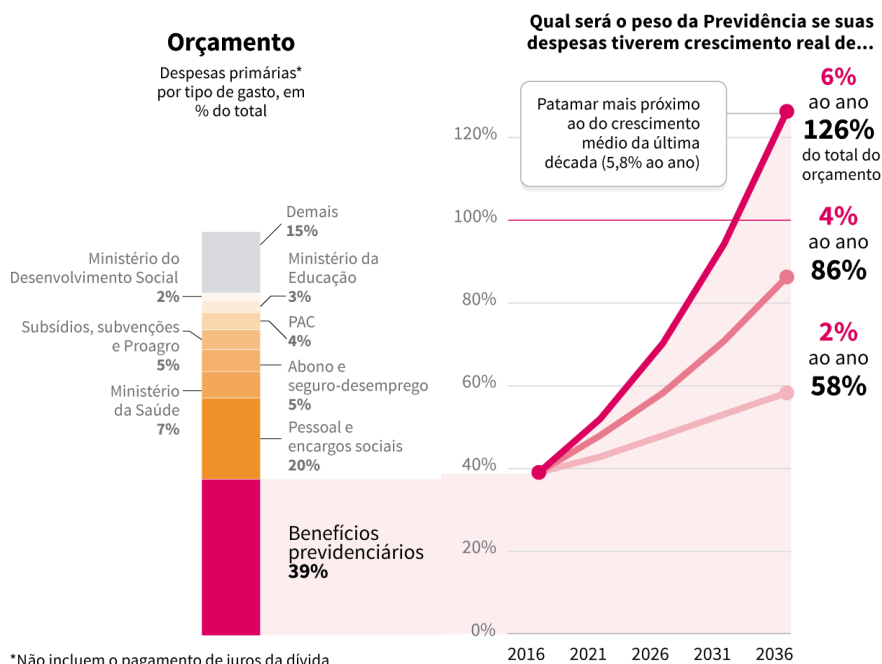
Coisa bem diferente é passar a reforma da Previdência, que afeta o direito individual de cada trabalhador, com a imposição de uma idade mínima de aposentadoria (65 anos) muito superior à idade média com que os brasileiros se aposentam hoje (cerca de 58 anos) e uma fórmula de cálculo do benefício mais dura que o fator previdenciário.

Já não seria fácil em um cenário político de estabilidade. As consequências imprevisíveis da delação da Odebrecht tornam o cenário ainda mais nebuloso. Há um risco não desprezível de que o governo Temer chegue ao fim sem reforma da Previdência e com o teto de gastos comendo solto.

A PEC do teto prevê que o limite de despesas seja revisto em seu décimo ano. No cenário de queda do governo, essa revisão tende a ocorrer bem antes.

### **Sem teto**

A Previdência Social, que hoje representa 39% das despesas primárias da União, não será submetida ao teto de gastos. Se continuar crescendo no mesmo ritmo da última década, de quase 6% ao ano, logo vai consumir mais da metade do Orçamento.



Fonte: 4E Consultoria, com dados do Tesouro Nacional. Infografia: Gazeta do Povo.

### **BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS**

O governo encaminhou, no mesmo pacote da reforma da Previdência, uma medida que permite que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) – pago a deficientes físicos e idosos de baixa renda que não conseguiram se aposentar – tenha valor inferior ao salário mínimo. A proposta, que tende a ser alvo de grandes discussões no Congresso,

limitaria os gastos com esse benefício, que somaram R\$ 41,8 bilhões no ano passado e vêm crescendo com o envelhecimento da população.

## **Dívidas de empresas e famílias atrasam recuperação da economia, diz ministro**

15/12/2016 – Bem Paraná

O endividamento das empresas e das famílias é o grande responsável pelo atraso na recuperação da economia, disse nesta quarta-feira (14) o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ele afirmou que a demora na tomada de medidas para enfrentar uma crise que dura dois anos tornou mais longo o processo de recuperação. Ele reafirmou que a economia voltará a crescer em 2017, principalmente a partir do segundo semestre.

“Esse é o padrão no mundo todo. Se uma crise é enfrentada rapidamente, com as famílias e as empresas com situação financeira em ordem, o país se recupera logo. A crise atual começou em 2014, mas só começou a ser combatida em 2016, quando havia muitas empresas afetadas e gente demitida”, explicou o ministro em seminário promovido pelo jornal Correio Braziliense.

O ministro disse que a demora para as famílias e as empresas normalizarem a situação financeira levou ao atraso na recuperação econômica. Ele, no entanto, ressaltou que os problemas foram herdados do governo anterior e considerou um bom sinal o fato de o endividamento das famílias estar caindo.

“A reorganização empresarial e do parque produtivo não acontece do dia para a noite. As famílias que ficaram endividadas começam a diminuir as dívidas. Por um lado, é uma boa notícia que o total de endividamento das famílias caindo. Por outro, é uma notícia ruim porque elas ainda não estão consumindo”, declarou.

Meirelles reafirmou a projeção apresentada na terça-feira (13) de que, na comparação entre o quarto trimestre de 2015 e o quarto trimestre de 2016, o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) crescerá 2,8%. Para o ano inteiro, no entanto, a pasta estima expansão de apenas 1%, por causa do carregamento da crise deste ano nos primeiros meses de 2017.

De acordo com o ministro, a recuperação do emprego começará um pouco mais tarde, por volta do meio do ano. Ele considerou que a aprovação da emenda constitucional que introduz um limite de crescimento para os gastos públicos é uma medida histórica, que representa apenas a base para o início da recuperação econômica, ao trazer mais confiança para empresários e investidores.

“Estamos enfrentando [a crise] bem e com sucesso. A PEC [proposta de emenda constitucional] do teto dos gastos foi aprovada, a reforma da Previdência foi apresentada no Congresso. Temos medidas aprovadas recentemente, como a lei de governança das estatais, com efeito no médio e no longo prazo, e a reforma da legislação do pré-sal, que desobriga a Petrobras de investir em todos os campos”, acrescentou o ministro.

## **'Prévia' do PIB encolhe 0,48% em outubro e acumula queda de 5,09% em um ano**

15/12/2016 – Economia UOL

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central), considerado uma "prévia" do PIB (Produto Interno Bruto), caiu 0,48% em outubro na comparação com o mês anterior, informou o BC nesta quinta-feira (15).

Em setembro, o IBC-Br havia apresentado alta de 0,15%.

A comparação é feita já descontando as diferenças sazonais entre os períodos analisados.

Sem descontar as diferenças sazonais, houve queda de 0,56% em outubro.

Na comparação com outubro de 2015, o indicador registrou tombo de 5,38% sem o ajuste sazonal, porque considera períodos iguais. Com ajuste, a queda foi de 3,88%. No acumulado de 12 meses, a atividade econômica encolheu 5,09%. Descontando as diferenças sazonais, o encolhimento foi de 5,29%.

### **IBC-Br**

O indicador do BC é visto pelo mercado como uma antecipação do resultado do PIB. Ele é divulgado mensalmente pelo Banco Central, enquanto o PIB é divulgado a cada três meses pelo IBGE.

O IBC-Br serve de base para investidores e empresas adotarem medidas de curto prazo. Porém, não necessariamente reflete o resultado anual do PIB e, em algumas vezes, distancia-se bastante.

O indicador do BC leva em conta a trajetória das variáveis consideradas como bons indicadores para o desempenho dos setores da economia (agropecuária, indústria e serviços).

A estimativa do IBC-Br incorpora a produção estimada para os três setores, acrescida dos impostos sobre produtos. O PIB calculado pelo IBGE, por sua vez, é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país durante certo período.

## **Desemprego na América Latina salta para 8,1% em 2016, diz OIT**

15/12/2016 – Folha de S. Paulo

O desemprego na América Latina e no Caribe subiu neste ano para o nível mais alto desde o início da década passada, a 8,1%, devido à contração da economia da região, principalmente no Brasil, na Argentina e na Venezuela, disse nesta quarta-feira (14) a OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A taxa de desemprego deu um salto preliminar de 1,5 ponto percentual na comparação com os 6,6% do ano passado e a expectativa é de que suba para 8,4% em 2017, disse a agência em comunicado.

"Este nível de desemprego não havia sido observado desde o início da década passada (...) nem mesmo durante a crise financeira internacional entre 2008 e 2009", disse a OIT.

O número de desempregados na região exportadora de matérias-primas cresceu neste ano para 25 milhões de pessoas, cerca de cinco milhões de desempregados a mais na comparação com 2015, completou a organização.

Para o próximo ano, o aumento projetado da taxa significa que haverá 1,3 milhão de desempregados a mais na América Latina e no Caribe, acrescentou.

A OIT disse que o aumento da taxa de desemprego neste ano foi um fenômeno mais generalizado, porque ela cresceu em 13 dos 19 países que possuem dados disponíveis. A OIT destacou a previsão de aumento da taxa de desemprego no Brasil de 2,9 pontos percentuais, enquanto no México ela deve cair em 0,4 ponto.

## **Mendes diz que Fux deveria fechar o Congresso e dar a chave à Lava Jato**

15/12/2016 – Folha de S. Paulo

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal) afirmou à **Folha** que o ministro Luiz Fux deveria "fechar o Congresso de uma vez e dar a chave ao procurador Deltan Dallagnol [da Lava Jato]".

O ministro reagiu à decisão de Fux que, por meio de uma liminar, determinou que a Câmara dos Deputados vote novamente o projeto anticorrupção que foi apresentado ao parlamento por meio de uma proposta de iniciativa popular.

A coleta de assinaturas à proposta foi liderada pelo procurador Dallagnol e apoiada pela força-tarefa da Operação Lava Jato.

"Ele [Fux] decidiu decidir pelo Congresso. Anulou uma votação que teve a participação de 400 parlamentares. E quer criar um novo rito de tramitação [das propostas de iniciativa popular] sendo que todas as outras, como por exemplo a da lei da Ficha Limpa, tramitaram da mesma forma", observa Mendes.

"É mais fácil então ele substituir o Congresso pela equipe da Lava Jato" segue. "Todos sabem que o projeto foi feito pela equipe da Lava Jato e quer atende a interesses de empoderamento dessa equipe. Fux então deveria entregar a chave do parlamento a eles", finaliza o magistrado.

## **Governo admite reduzir a 62 anos idade para mulher se aposentar**

15/12/2016 – Folha de S. Paulo

A equipe econômica de Michel Temer admite que a proposta do governo para a reforma da Previdência sofrerá mudanças no Congresso, com a possibilidade de reduzir de 65 para 62 anos a idade mínima para mulheres terem acesso à aposentadoria.

Segundo a **Folha** apurou, auxiliares do ministro Henrique Meirelles (Fazenda) já trabalham com a tese de que os deputados apresentarão, durante a votação no plenário da Câmara, uma emenda que altere a idade mínima para as mulheres, mantendo, porém, os 65 anos como idade mínima para os homens.

A avaliação é que uma emenda proposta por deputados pode passar a ideia de uma "vitória" dos parlamentares, que resistiam em discutir uma proposta impopular em ano pré-eleitoral.

A proposta que o governo enviou ao Legislativo na semana passada estabelece uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres terem direito à aposentadoria, com tempo mínimo de contribuição de 25 anos.

O projeto apresenta ainda regras mais duras de acesso ao benefício aos trabalhadores que têm até 50 anos e uma regra de transição para os que estiverem acima dessa idade.

Auxiliares de Meirelles afirmam que, além da idade mínima e do tempo mínimo de contribuição ao INSS, o governo não vai abrir mão de proibir o acúmulo de pensão e aposentadoria nem do item que determina que as pensões não vão mais ter como piso o salário mínimo.

A idade mínima, porém, é o ponto mais criticado pelos sindicalistas. Presidente da Força Sindical e aliado de Temer, Paulinho da Força (SD-SP) chegou a dizer que os 65 anos eram "inaceitáveis".

Diante da prevista resistência das centrais à medida, a equipe econômica tem trabalhado com dados que já contemplam a mudança na idade mínima para as mulheres quando fazem projeções do cenário para 2017.

Diante da crise, Meirelles tem defendido que a melhora na economia do país só virá com a queda de juros e a aprovação da reforma da Previdência até o primeiro semestre.

A expectativa do chefe da Fazenda é que a reunião do Copom em janeiro baixe os juros em 0,5% e sinalize a tendência de queda até 2017.



### **TRANSIÇÃO**

Além da idade mínima, a proposta de reforma estabelece que homens com mais de 50 anos e mulheres com mais de 45 seguirão uma regra de transição. Eles poderão se aposentar pelas regras atuais contanto que paguem pedágio de 50% sobre o tempo que faltava para a aposentadoria por contribuição.

Hoje não existe idade mínima para a aposentadoria. Quem trabalha no setor privado pode se aposentar por idade –aos 65 anos para homens e 60 para mulheres– com mínimo de contribuição de 15 anos. Outra maneira de ter acesso à aposentadoria atualmente é por tempo de contribuição –35 anos para homens e 30 para mulheres.

No Congresso, a reforma da Previdência precisa passar pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e seguir para uma comissão especial que vai discutir o tema.

A expectativa mais otimista do governo é que a Câmara vote a proposta em plenário no primeiro semestre de 2017. Depois, ainda precisa passar pelo Senado.

## **Atividade econômica do Brasil inicia 4º tri com contração de 0,48%, diz BC**

15/12/2016 – Folha de S. Paulo



A atividade econômica do Brasil recuou em outubro pela quarta vez seguida e aprofundou o ritmo de contração na comparação com o mês anterior, segundo dados do Banco Central divulgados nesta quinta-feira (15), depois de um mês marcado por perdas fortes em vários setores.

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) apresentou queda de 0,48% em outubro na comparação com o mês anterior. Em setembro, o índice caiu 0,08%, em dado revisado pelo BC de alta 0,15% informada anteriormente.

Essa foi a oitava vez que o indicador apresentou perdas neste ano. Apenas em abril e junho o indicador subiu. A expectativa em pesquisa da Reuters era de queda de 0,5% em outubro.

Na comparação com outubro do ano passado, o IBC-Br recuou 3,88%. No acumulado em 12 meses, a queda chegou a 5,29%, sempre em números dessazonalizados.

Depois de a economia brasileira encolher 0,8% no terceiro trimestre em relação aos três meses anteriores, segundo dados do IBGE, a atividade ainda não dá sinais de retomada, dificultando o quadro de recuperação esperado em 2017.

Em outubro, a produção industrial recuou 1,1% em relação ao mês anterior, no pior resultado para o mês em três anos, enquanto as vendas no varejo tiveram o pior mês de outubro em oito após queda de 0,8%.

Já a fraqueza do setor de serviços se agravou em outubro com a maior queda da série histórica iniciada em 2012, de 2,4% ante setembro, em um ambiente de demanda prejudicada pela forte recessão.

Esses resultados vêm provocando reduções constantes nas expectativas de crescimento para 2017. A pesquisa Focus do BC mostra que a expectativa dos economistas já é de um crescimento de apenas 0,7% no ano que vem.

O IBC-Br incorpora projeções para a produção no setor de serviços, indústria e agropecuária, bem como o impacto dos impostos sobre os produtos.

## **Interesse por veículo usado também é maior na internet**

15/12/2016 – Automotive Business

Uma pesquisa da J.D. Power com clientes do portal iCarros, site de classificados do banco Itaú Unibanco, revela que 24% dos entrevistados têm a intenção de comprar um veículo novo, enquanto os demais 76% disseram estar interessados em um usado. Foram entrevistadas 5 mil pessoas.

“A procura por veículos usados cresceu muito nos últimos anos e é importante estarmos atentos a este movimento. O brasileiro dá sinais de que está disposto a comprar ou trocar de veículo, mas sem se aventurar”, afirma o CEO do iCarros, Sylvio de Barros.

Entre as marcas mais citadas na intenção de compra dos consumidores interessados em veículos novos, a Chevrolet lidera com 24%, seguida pela Fiat, com 17%, e Volkswagen, com 10%. Uma parcela considerou as marcas Honda (8%), Toyota (7%) e Hyundai (7%) com índices acima de seus níveis atuais de participação de mercado, evidenciando potencial crescimento dessas marcas.

A pesquisa mostra também que 65% dos interessados em comprar um veículo pretendem fazê-lo por meio de financiamento, enquanto 41% devem utilizar seus veículos como parte do pagamento. Apenas 8% planejam pagar à vista.

### **INTERNET COMO FERRAMENTA DE COMPRA**

A internet tem se tornado um importante canal, não apenas de apresentação de veículos, mas também para a venda. O estudo revelou que mais de 40% demonstraram interesse em comprar um automóvel on-line.

“Sabemos da importância da internet e do interesse do consumidor, embora haja uma certa resistência na hora de finalizar a compra por esse canal. Todavia, a pesquisa mostrou que 9% dos clientes faria o processo completo, incluindo o pagamento on-

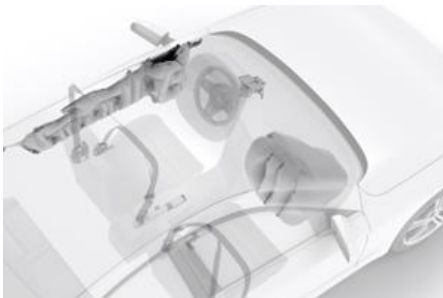
line. Essa é uma oportunidade de as marcas investirem para atrair cada vez mais clientes para essa plataforma”, reforça o diretor de operações da J.D. Power do Brasil, Fabio Braga.

Entre as buscas por veículos, os itens mais procurados pelos consumidores são qualidade (45%), conforto (40%) e reputação da marca/montadora (34%). Design e estilo também foram itens mais valorizados na busca por veículos novos (38%) do que por aqueles que procuram carros usados (30%).

“Ao mapearmos as preferências do consumidor, oferecemos mecanismos para que os lojistas tracem a estratégia mais adequada de acordo com seu público”, conclui Sylvio.

## ZF cria novos sistemas de airbag para colisão frontal e lateral

15/12/2016 – Automotive Business



A ZF desenvolveu novos sistemas de airbag dedicados a aumentar a segurança dos passageiros em casos de colisão frontal e/ou lateral, que inclui airbags dianteiros e do tipo cortina, sendo este último com recursos de design em formato de V ou U, que podem ajudar a minimizar os efeitos de uma batida.

Os novos airbags têm uma função adicional que ajuda a impedir que as cabeças dos ocupantes dianteiros atinjam o painel ou a coluna A do veículo. Para isto, a empresa aprimorou os airbags de cortina que são instalados no teto com um design de formato de bolsa única. Quando eles são acionados, uma almofada adicional de segurança se infla próxima à cabeça do motorista.

“Em séries de testes abrangentes, nós demonstramos que essa geometria inovadora de airbag ajuda a melhorar a segurança dos ocupantes. Ele é fornecido em um formato em V apontado ou um formato em U arredondado, dependendo do design do interior do veículo”, afirma o diretor desenvolvimento global de airbags e geradores de gás na divisão de tecnologia de segurança ativa e passiva na ZF, Dirk Schultz.

Para ajudar a absorver melhor o movimento potencialmente extremo para a frente ou para a esquerda dos passageiros dianteiros em caso de uma colisão frontal ou lateral, a ZF desenvolveu o airbag de assento dianteiro com célula paralela, que apresenta um design de câmera, com uma geometria especial que é expandida em direção ao centro do veículo.

“Esse conceito revolucionário de airbag ajuda a absorver o movimento de rolagem de cabeça quando impacta o airbag em um certo ângulo e é projetado para reduzir o risco de ferimentos na cabeça”, diz o executivo.

O produto atende a nova exigência da Associação Nacional de Tráfego Rodoviário (NHTSA) dos Estados Unidos dentro do Programa de Avaliação de Carros Novos (US NCAP) que só concederá a nota máxima em segurança para veículos de passeio (5 estrelas) para aqueles que passarem no teste de desempenho conhecido como barreira deformável móvel oblíqua (OMDB) e que será aplicada em novos veículos ano/modelo 2019.

Além do teste de colisão OMDB, a NHTSA também implantará novos dispositivos de



testes para bonecos denominados Limitações de Ocupantes e Veículos (THOR). “Eles são dispositivos de testes altamente sensíveis que registram com maior precisão como os acidentes afetam os ocupantes. Estes dados abrangentes ajudarão a determinar onde focar para ajudar a melhorar a segurança”, diz Schultz.

## **Volkswagen Tiguan e Toyota Prius são os melhores para o Euro NCAP**

15/12/2016 – Automotive Business

O Euro NCAP divulgou o ranking dos carros mais seguros entre os 18 modelos testados pela organização ao longo de 2016. Três modelos foram eleitos como os Best in Class, melhores de suas categorias: Volkswagen Tiguan, Toyota Prius e Hyundai Ioniq, este último não vendido no Brasil.

Desde o início deste ano, o Euro NCAP adotou protocolo mais rígido para avaliar veículos. Para alcançar pontuação máxima nos testes da entidade, o modelo deve oferecer sistema de detecção de pedestres com frenagem automática de emergência.

Segundo a entidade, a nova exigência provocou aumento da presença desta tecnologia como item de série nos carros. A organização destaca a boa posição do Prius no ranking dos carros mais seguros pelo uso do sistema como parte do pacote Toyota Safety Sense, que oferece recursos para antecipar e evitar acidentes.

O Seat Asteca também teve boa performance nos mesmos aspectos. Este ano o Euro NCAP organizou o tradicional ranking Best in Class, que leva em conta apenas os carros com equipamentos de série, e fez ainda outra classificação, que considera também os pacotes de segurança oferecidos como opcionais.

“Algumas tecnologias são caras e reconhecemos que pode não ser plausível colocá-las como itens de série em toda a gama já no primeiro momento. Fazer um ranking paralelo levando isso em conta permite que as montadoras mantenham os carros acessíveis e, ao mesmo tempo, ofereçam ao consumidor a chance de conhecer novos dispositivos de segurança. Foi interessante ver a ampla adoção do sistema de detecção de pedestres ao longo de 2016 como item de série ou como opcional”, observa Michiel van Ratingen, secretário geral da entidade.

O Mercedes-Benz Classe E teve boa performance no novo ranking, mas por ter sido o único modelo testado na categoria Carro Executivo, ele não recebeu o selo Best in Class. Segundo a entidade, o automóvel se destacou por performance excepcional em proteção infantil e resultados excelentes nos testes de impacto.

## **Volvo autônomo roda na frota da Uber em São Francisco**

15/12/2016 – Automotive Business



Os carros autônomos da Uber chegaram a São Francisco, nos Estados Unidos. Diferentemente do que acontece em Pittsburgh, onde a companhia usa veículos da Ford, a tecnologia chega com modelos Volvo XC90, fruto da parceria entre a montadora e a plataforma de transporte, firmada em agosto deste ano. O foco da cooperação é o desenvolvimento de carros autônomos.

Os veículos que integram a frota da Uber em São Francisco foram construídos pela

Volvo e fornecido à companhia, que instalou nos carros seu sistema de condução que dispensa participação ativa do motorista. Os automóveis são parte de programa piloto e, portanto, circularão com um condutor a bordo, que vai monitorar a atuação do sistema.

A aliança com a Uber é parte da estratégia da Volvo Cars para o desenvolvimento de tecnologias. Em janeiro de 2017 a empresa pretende começar o projeto Drive Me, que vai oferecer 100 carros autônomos a consumidores para circular em vias públicas de Gotemburgo, na Suécia. Os dados destas viagens serão usados no desenvolvimento dos modelos.

## **Dassault Systèmes e Airbus Safran Launchers confirmam colaboração para design e desenvolvimento do Ariane 6**

15/12/2016 – CIMM

A Dassault Systèmes, a empresa 3DEXperience, líder mundial em software de projetos 3D, 3D Digital Mock Up e Product Lifecycle Management (PLM), anuncia a confirmação da colaboração de longo prazo com a Airbus Safran Launchers, desenvolvedora e fornecedora de soluções para o mercado de lançamentos espaciais, civil e militar e principal contratante industrial do Ariane 6, foguete lançador de nova geração da Agência Espacial Europeia.

Mais de 700 engenheiros trabalham no desenvolvimento do Ariane 6 em vários locais da Europa, incluindo parceiros que utilizam as soluções da Dassault Systèmes de sistemas de arquitetura, a definição detalhada do design e a validação das propulsões e do veículo espacial.

A experiência em solução da indústria “Winning Program” da Dassault Systèmes tem sido um fator estratégico para o desempenho de múltiplos estudos de trade-off, da exploração de um grande número de alternativas, além de acelerar o processo de decisão para selecionar as configurações mais competitivas para o Ariane 6. A arquitetura selecionada, um ativo digital da Airbus Safran Launchers, será continuamente otimizada e validada durante todas as fases do desenvolvimento.

Esses tipos de ativos digitais são criados e validados a partir de um protótipo digital proveniente da colaboração que ajuda a evitar erros, minimizar mudanças e contribuir com a redução de meses entre as fases de desenvolvimento e de lançamento (ramp-up industrial). As aplicações da Dassault Systèmes estão sendo utilizadas para o design em processos de context, revisões internas e transacionais de design colaborativo, além de avaliações de programas que estimulam a realidade virtual, ferramenta que permite uma definição precisa de todas as operações complexas de manufatura.

“Para o Ariane 6, a Airbus Safran Launchers continua utilizando as conquistas e valores criados com as soluções da Dassault Systèmes que contribuíram para o design do Ariane 5”, afirma Alain Charneau, CEO (Chief Executive Officer) da Airbus Safran Launchers. “Essas soluções, fundamentadas em protótipos digitais de alta fidelidade e compartilhadas com nossos parceiros, permanecem como a base de nosso modelo industrial para desenvolver os lançamentos pela Europa”.

O setor espacial vive uma fase de competição acirrada como nunca aconteceu antes. As startups no mundo, bem como as empresas em mercados emergentes, estão forçando negócios já bem estabelecidos a transformarem suas operações para oferecerem lançadores mais versáteis, com melhor desempenho e com preços competitivos.

O “Winning Program” foi criado para as companhias aeroespaciais e de defesa que buscam otimizar as fases iniciais e de desenvolvimento de programa utilizando design,

simulação e colaboração. Com níveis avançados de detalhamento da engenharia e conhecimento compartilhado disponível na fase de design conceitual, o "Winning Program" pode melhorar significativamente a aderência aos custos do programa, desempenho e cronograma pré-estabelecidos.

"Estamos orgulhosos de levar nossa parceria para inovação e desempenho com a Airbus Safran Launchers para um nível mais alto. Em tempos de consumerização do espaço, nossa colaboração tem como objetivo o design e desenvolvimento de um novo modelo de lançamento no espaço focado em experiência e saber já nos primeiros estágios que o Ariane 6 pode ser entregue dentro do orçamento, seguindo as especificações e no tempo previsto", afirma Bernard Charlès, Vice-Presidente e CEO da Dassault Systèmes.

As experiências incomparáveis em solução da Dassault Systèmes para as indústrias Aeroespacial e de Defesa permitem que a Airbus Safran Launchers explore o que é possível, colabore com seus clientes por meio de todas as disciplinas e com as partes interessadas dentro do ecossistema, além de configurar o conceito correto. Juntos, podemos aproveitar o poder do design e a herança digital para transformar a indústria".

## **Um terço dos negócios fecha em 2 anos**

15/12/2016 – UOL Economia

Considerado o principal termômetro de desempenho dos pequenos negócios no Brasil, a taxa de mortalidade de empresas, divulgada a cada dois anos pelo Sebrae e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu durante a atual recessão econômica. Segundo o estudo - que será apresentado nesta quinta-feira, 15, em evento que comemora os 10 anos da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no Rio de Janeiro -, dos 1,8 milhão de empreendimentos lançados em 2014, 600 mil (ou 33% deles) estarão fechados até o final de 2016.

Na pesquisa anterior, que considerava as 1,6 milhão de empresas abertas em 2012, 23% chegaram inativas ao fim de 2014.

A razões para a quebra, de acordo com o estudo, envolvem o freio no consumo, associado ao aumento do peso dos impostos e à escassez de crédito para capital de giro. A pesquisa é obtida a partir do processamento de dados da Receita Federal e de entrevistas com cerca de 2 mil empresas constituídas entre 2008 e 2014.

### **Serviços**

O setor mais atingido pela recessão foi o de serviços, responsável por 25% dos fechamentos. Por porte, 45% das baixas foram entre as microempresas (que faturam até R\$ 360 mil ao ano). Na outra ponta, apenas 3% dos fechamentos ocorreram entre as grandes empresas, que segundo classificação do Sebrae faturam acima de R\$ 300 milhões por ano.

Na opinião dos especialistas, a associação entre a forte crise econômica e a falta de caixa do empreendedor foram fatais. "O empresário tradicionalmente trabalha com perspectivas de curto prazo. Ele já começa um negócio devendo dinheiro e apostando em um retorno de investimento de três a seis anos no máximo. Com uma recessão como essa, o retorno do dinheiro vai para perto de dez anos e a empresa não aguenta", diz Amauri Liba, professor de contabilidade e planejamento tributário da Fecap.

A tese do especialista se encaixa no exemplo de Ricardo Lee, que, há dois anos, montou uma empresa de locação de impressoras e venda de cartuchos reciclados para o mercado corporativo.

"A empresa ia bem, mas veio a crise e o cliente sumiu. Paralelamente, os cartuchos chineses chegaram em melhor qualidade e nosso negócio ficou inviável", conta Lee, que hoje dirige um Uber em São Paulo.

"Fiquei totalmente sem caixa para pagar as despesas de fornecimento e os impostos. Estou devendo mais de R\$ 60 mil. Minha meta é continuar com o Uber para pagar as despesas e ver o que acontece no futuro", destaca.

### **Lucro baixo**

Quando perguntados sobre os fatores que teriam evitado o fim do negócio, os empresários entrevistados apontam, respectivamente, uma redução de encargos e impostos, um número maior de clientes e mais crédito na praça. Para o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, essas são respostas esperadas.

"Com crise ou sem crise, esses são problemas recorrentes do empresário. O banco não existe, o empreendedor não consegue crédito e, no meio da crise, as opções para sobreviver são pequenas", diz ele, que também ressalta o peso dos impostos. "Com uma margem menor de lucros, o empresário prioriza pagar os fornecedores e os funcionários do que pagar os tributos. Isso vai destruindo a empresa", acrescenta.

O empreendedor Wallace Tonon, de Belo Horizonte, enfrentou exatamente esse problema. Há dois anos, ele lançou uma franquia de bolos para ser comercializada em shoppings, mas a conta acabou não fechando.

"Eu formatei um negócio onde um bolo custaria R\$ 12, mas as pessoas ficaram mais pobres e só poderiam pagar R\$ 8. A margem de lucro ficou muito apertada para pagar as contas e todos os impostos. Resolvi sair do negócio um ano e meio depois", conta ele.

## **Weg anuncia compra de fabricante de turbinas e transmissões TGM**

15/12/2016 – Exame

### ***Operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições e à obtenção de aprovação das autoridades de proteção à concorrência***



A fabricante de motores e equipamentos para energia WEG adquiriu o controle da TGM Indústria e Comércio de Turbinas e Transmissões, sediada na cidade de Sertãozinho (SP), informou em comunicado divulgado nesta quinta-feira, sem especificar o valor da transação.

Conforme o documento, a quantia paga na aquisição da TGM não representa investimento relevante para WEG.

A operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições e à obtenção de aprovação por parte de autoridades de proteção à concorrência.

A TGM apurou receita líquida de 238 milhões em 2015 e conta com unidades em Maceió, São José dos Campos e Nuremberg, na Alemanha.

## Disciplina será chave para minério, diz presidente da Cliffs

15/12/2016 – Inda

Otimista com as perspectivas de demanda nos Estados Unidos, o presidente da mineradora americana Cliffs Natural Resources, Lourenço Gonçalves, aposta que o mercado transoceânico de minério de ferro vai oscilar ao humor da oferta das grandes concorrentes. Em entrevista ao Valor, o executivo - um brasileiro que comanda a empresa desde agosto de 2014 e mora há quase uma década nos EUA - culpou a Vale, Rio Tinto e BHP Billiton tanto pela derrocada do minério como por sua recente disparada neste ano.

Segundo Gonçalves, a estratégia de inundar o mercado com nova produção para garantir "market share" foi liderada pela Rio Tinto e seguida pelas outras do grupo chamado de "Big 3". Isso levou, acrescentou o executivo, a uma perda de valor de aproximadamente US\$ 300 bilhões, que culminou na troca de comando da anglo-australiana.

Com a nova presidência, a Rio Tinto decidiu priorizar valor sobre volume. Para o presidente da Cliffs Natural Resources, a disciplina de oferta que se seguiu, também encampada por Vale e BHP, foi o principal motivo para o repique nos preços do minério. Falta, agora, um posicionamento mais claro nesse sentido, disse, para prolongar o período de preços altos.

Gonçalves, que trabalhou por muito tempo na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), acredita que a Vale teria de deixar bem claro se o projeto S11D, o maior depósito de ferro já explorado pela companhia, será para reposição ou expansão de capacidade. As declarações da diretoria têm indicado que a produção da nova unidade será colocada de maneira cautelosa no mercado. Mas tanto analistas como executivos de empresas temem que a valorização da commodity mude a disposição da Vale.

Com o cenário atual, de maior disciplina na oferta e demanda ainda em alta, o executivo brasileiro não crê que o preço da matéria-prima volte a desabar. "Eu tenho esperança que esse nível mais próximo a US\$ 80 é sustentável, mas o que dá para ter certeza é que não tem mais como voltar a US\$ 40", afirma Gonçalves.

Ontem, o minério de ferro terminou negociado a US\$ 79,18 no porto chinês de Qingdao, segundo a "Metal Bulletin". Em 2016, a alta já chega a 82%.

"A produção siderúrgica na China [principal compradora de minério do mundo] vai estabilizar em torno de 800 milhões de toneladas por ano. Deve ficar, na minha visão, nessa faixa por um longo tempo", comenta Gonçalves. Assim, a oferta seria o principal fator positivo ou negativo, a depender do comportamento das mineradoras, para o preço.

"A Vale faz muito bem de trazer o S11D para o mercado, com maior qualidade média, mas não pode posicionar o projeto como nova mina, para aumentar capacidade", opina. "Eu gostaria de ver uma clareza maior do Murilo Ferreira [presidente da Vale]."

A Cliffs é a maior fornecedora de minério de ferro às siderúrgicas dos EUA, na forma de pelotas. São cerca de 19 milhões de toneladas produzidas por ano, o que representa mais de 60% do mercado local.

Na Austrália, a empresa ainda extrai 11,5 milhões de toneladas de minério com teor médio de ferro de 59,5%, que são destinadas principalmente para Japão e Coreia do Sul. O volume total é próximo ao produzido pela antiga empresa de Gonçalves, a CSN, na Congonhas Minérios. A receita líquida anual do grupo é da ordem de US\$ 2 bilhões.

Em território americano, o grande ânimo que a mineradora pode receber vem na figura de Donald Trump. De acordo com o executivo brasileiro, se o presidente eleito cumprir o que prometeu em campanha, será "o melhor ano de nossas vidas". Gonçalves disse que as siderúrgicas, principais clientes da Cliffs, estão muito animadas com o cenário. Para ele, se apenas uma parcela for cumprida, o viés já será positivo.

Além de o secretário de Comércio escolhido ter sido Wilbur Ross, fundador da antiga International Steel Group (ISG) - hoje parte da ArcelorMittal nos EUA -, Dan DiMicco, ex-presidente da Nucor, é chefe do escritório de transição de Trump.

"E o grande problema da siderurgia americana começou a ser resolvido em 2016, na figura de casos antidumping", opinou o executivo. "Laminados a quente, a frio, galvanizados e chapas grossas, toda a competição desleal com esses produtos importados já começou a ser resolvida neste ano."

Sobre a questão ambiental, o executivo duvida que Trump teria chance de mudar a regulamentação em um país que leva isso "tão a sério", em suas palavras, como os EUA. No mundo todo, acrescentou, o meio ambiente será cada vez mais um fator importante para a siderurgia. Em sua opinião, o minério de ferro de baixa qualidade vem perdendo espaço no mercado transoceânico, até mesmo na China, hoje mais preocupada com a poluição.

Gonçalves aposta que isso elimina uma parcela da oferta internacional, especialmente a produção chinesa, que possui teores muito baixos. Para o executivo, grande indicativo dessa posição é o mercado chinês. O minério de maior teor que chega ao país é consumido quase imediatamente, enquanto o com menor concentração de ferro tem ficado nos estoques dos portos, como Tianjin e Qingdao.

"Aqui nos Estados Unidos isso é regra. Estou sentado em minha sala aqui na sede da Cliffs [em Cleveland, no Estado americano de Ohio], de frente para o alto-forno da ArcelorMittal", contou, ao telefone. "Não vejo nem fumaça."

## **AEB vê forte alta na receita da exportação de minério e petróleo do país em 2017**

15/12/2016 - Inda

AEB vê forte alta na receita da exportação de minério e petróleo do país em 2017  
As receitas com as exportações brasileiras de minério de ferro e de petróleo vão subir fortemente em 2017 ante este ano, com um esperado aumento das cotações de ambas as commodities durante o período, apontou estimativa publicada nesta quarta-feira pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Os recursos com as vendas externas de minério de ferro no Brasil devem crescer 35,7 por cento em 2017 na comparação com 2016, para 16,875 bilhões de dólares, segundo as previsões da AEB, enquanto a cotação média da matéria-prima do aço avançará 34 por cento na mesma comparação, para 47 dólares por tonelada.

A associação ponderou, no entanto, que ainda há dúvidas se a recente elevação nas cotações de minério de ferro é resultado de especulação ou de razões técnicas.

Os contratos futuros do minério de ferro em Dalian, na China, dispararam cerca de 200 por cento no acumulado deste ano.

Já a receita com exportações do petróleo, segundo a AEB, deve ter um impulso com o recente acordo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) para cortar a produção em 1,2 milhão de barris de petróleo (bpd).

Países produtores de petróleo que não fazem parte da Opep também concordaram em reduzir sua produção em 562 mil bpd, como parte do esforço do cartel para elevar os preços.

Para a AEB, as vendas do Brasil de petróleo ao exterior devem crescer 26,6 por cento em 2017 ante 2016, para 13,5 bilhões de dólares, enquanto a cotação média do insumo deverá crescer 24,5 por cento, para 300 dólares por tonelada.

Apesar do forte aumento nas exportações de minério e petróleo, a soja deverá seguir como o principal produto da pauta de exportação do Brasil, à frente dessas commodities minerais.

A receita com os embarques de soja deverá crescer 13,4 por cento no próximo ano. "Soja em grão, pelo terceiro ano consecutivo, continuará sendo o produto líder de exportação, com 21,660 bilhões de dólares, decorrente de pequena elevação da cotação e médio aumento do quantum", afirmou a AEB em sua projeção.

No início do mês, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) projetou um recorde para as exportações de soja de 57,5 milhões de toneladas em 2017 e também uma elevação da receita com os embarques da commodity.

#### BALANÇA COMERCIAL

Na esteira do crescimento expressivo da receita dos principais produtos da cesta de exportação brasileira, como o petróleo, o minério e a soja, a AEB estimou que as vendas externas do país em 2017 vão atingir 197,36 bilhões de dólares, aumento de 7,2 por cento ante a estimativa para 2016.

O crescimento ocorre enquanto as receitas com as exportações de manufaturados serão negativas em 1,1 por cento, para 72 bilhões de dólares, segundo previsões da associação.

Com isso, a participação das commodities na pauta de exportação brasileira deverá passar a 61 por cento em 2017, ante 58 por cento em 2016.